



HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO, HISTORIOGRAFIA E METODOLOGIA

60 anos de *Formação Econômica do Brasil*: a construção interrompida na crise estrutural do capital

60 years of Formação Econômica do Brasil: interrupted construction in the structural crisis of capital

Carlos Alberto Cordovano Vieira¹

RESUMO: O presente trabalho pretende fazer um balanço dos 60 anos da publicação de *Formação econômica do Brasil*, de Celso Furtado, tomando como eixo o nexo entre “análise do passado” e “projeto social”, à luz do contraste entre a quadra histórica em que a obra foi elaborada e o presente, este caracterizado pela crise estrutural do capital.

Palavras-chave: Formação econômica do Brasil; Celso Furtado; Capitalismo – Crise; Pensamento Brasileiro

ABSTRACT: This paper discusses the 60th birth of *Formação Econômica do Brasil* from Celso Furtado, considering the relations between “analyze of past” and “social project”, and also the contrast between the historical period in which it was written and present, featured by the structural crisis of capital.

Keywords: Formação Econômica do Brasil; Celso Furtado; Capitalism – crisis; Brazilian Thought

Introdução

Um primeiro esboço deste trabalho foi apresentado no encontro “Celso Furtado e os 60 anos de Formação Econômica do Brasil”, organizado pela Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin e pelo Instituto de Estudos Brasileiros, da Universidade de São

¹ Professor e pesquisador do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Email: cordovanovieira@gmail.com



Paulo. A preocupação que nos orienta nesse balanço dos 60 anos da obra se situa na confluência, para tomar a expressão de Josep Fontana, entre “análise do passado” e “projeto social”, constitutiva do ofício do historiador (FONTANA, 1998). Se a reconstituição do passado guarda um diálogo necessário com o presente e, pois, com suas projeções para o futuro, sugerimos, como ponto de observação privilegiado, tomar *Formação econômica* considerando justamente essa confluência de tempos históricos. Procuramos estabelecer um contraste entre as visões do presente e os projetos para o futuro que a obra ensejava no momento de sua elaboração, em fins da década de 1950, com o tom amargo dos últimos ensaios do autor. Não custa lembrar o vaticínio sombrio n’*O longo amanhecer*, em capítulo intitulado justamente “A busca de novo horizonte utópico”, segundo o qual “em nenhum momento de nossa história foi tão grande a distância entre o que somos e o que esperávamos ser.” (FURTADO, 1999, p. 26). Dito de outro modo, tratamos de propor um balanço histórico de *Formação econômica*, procurando examinar as vicissitudes que nos levaram, digamos, do “horizonte de expectativas” do Brasil do pós-guerra ao seu estreitamento, na época da “construção interrompida”. Passados mais de vinte anos do vaticínio sombrio, nos vemos hoje na contingência de apreciar o significado de *Formação econômica*, e a pertinência de sua permanente releitura, no momento em que os porões da ditadura voltam à baila na vida brasileira.

A hipótese que procuramos desenvolver sugere que a chave para problematizar a distância que separa os tempos da elaboração de *Formação econômica* e o presente reside no diagnóstico da crise estrutural do capital². Se o edifício da obra, como interpretação da natureza íntima, colonial, de nossa formação, permanece de pé, mesmo que qualificada pela crítica da historiografia posterior, o projeto de futuro reformista que ensejava em fins da década de 1950 entra em choque contra limites postos pela crise estrutural. De certo modo, é possível sustentar que a crítica de Furtado ao sentido tomado pela formação econômica do Brasil já no limiar da década de 1960 e, sobretudo, depois do golpe de 1964 – a crítica, enfim, ao subdesenvolvimento – antecipa traços de problemas que se tornarão fundamentais para o conjunto do capitalismo na quadra da crise estrutural. Noutros termos, se o projeto político de então, de consumação da formação nacional e de

² Mészáros, István. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2002.



superação do subdesenvolvimento descortinava horizontes civilizatórios na base de um reformismo original, que, naturalmente, não fosse mimético, – possibilidades civilizatórias, de certa forma, lastreadas pelo destino dos países centrais do pós-guerra – hoje, as expectativas quanto ao futuro se estreitam e mesmo nos países centrais é possível observar, sob as determinações da crise estrutural, fenômenos que eram típicos das zonas periféricas. De resto, é sintomático que já nas críticas à transnacionalização na década de 1970 e, sobretudo, nas décadas posteriores, Furtado tenha se tornado um crítico mais ácido, não só do subdesenvolvimento, mas das formas assumidas pelo capitalismo desde então. E isso, a ponto de preconizar que o que estaria em causa hoje seria “mudar o curso da civilização” (FURTADO, 1992, p. 77).

Assim, para captar o sentido de *Formação econômica*, sessenta anos depois, organizamos a reflexão em três movimentos: primeiro, um panorama do pensamento de Furtado, das expectativas ensejadas à época de *Formação* até, digamos, o diagnóstico da “construção interrompida”; depois, um conjunto de considerações sobre a crise estrutural; por fim, uma breve reflexão em torno do estreitamento dos horizontes futuros em nossa quadra histórica.

Da “pré-revolução brasileira” à “construção interrompida”

Formação econômica se inscreve na tradição do pensamento brasileiro voltada ao problema da formação nacional. Nesse arco, figura entre as perspectivas que põem no centro no problema a constituição de um “sistema econômico nacional”³, como base para a construção do Estado. Numa vertente muito próxima da interpretação do Brasil fundada por Caio Prado, *Formação econômica* percorre o longo processo inconcluso de transição de uma economia colonial a uma economia nacional; de uma formação que se caracteriza como *negócio*, cujo entroncamento material não pode forjar as bases de um processo civilizatório, para a consumação da formação de uma sociedade nacional.⁴ Em *Formação*

³ List, Friederich. Sistema nacional de economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

⁴ Prado Júnior, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1971.



econômica, esse processo, visto sob o ângulo de uma economia retrospectiva⁵, se consubstancia na transição de uma plataforma primário-exportadora, complementar e reflexa, a um sistema industrial em sinergia com a constituição de um mercado interno. As idas e vindas desse movimento secular, no marco histórico da formação e do desenvolvimento do capitalismo, da reprodução de suas hierarquias concêntricas e suas projeções nas estruturas de dominação no polo de origem colonial, são os termos que parte da tradição crítica e da luta política procuraram equacionar; termos em que a perspectiva da *Formação* se traduzia no problema da *Revolução Brasileira*.⁶

Como se sabe, tendo publicado sua obra clássica em 1959, Furtado publica, em 1962, o livro em tom político bastante pronunciado, *A pré-revolução brasileira*. Nessa contribuição ao debate público, Furtado formula um diagnóstico – que, naturalmente, se desdobra das conclusões de *Formação econômica* – e um esboço de um projeto político para o Brasil. (FURTADO, 1962). No rastro do Plano de Metas, o livro parte da consideração de que a economia brasileira experimentara um profundo processo de diferenciação, e de que a transição de uma economia primário-exportadora a um sistema industrial se encontrava em estágio avançado. Ao mesmo tempo, contraditoriamente, permaneciam preservadas heranças estruturais do passado colonial, a saber, a segregação social herdada da escravidão e o colonialismo cultural – este, particularmente expresso na tendência patológica das classes dominantes à mimetização de padrões de consumo de economias centrais e que, naquele momento, já se metamorfoseava em dependência técnica e financeira. Essas heranças viriam imprimir um caráter peculiar ao processo de industrialização e, sobretudo, obstavam o equacionamento, no bojo da modernização capitalista, da questão nacional e do problema social. As tensões políticas se agudizavam, mas vigoravam expectativas de que esses dilemas viessem a ser superados. Imbuído desse mesmo espírito do tempo, Furtado observa: “generalizou-se a consciência de que o país caminha para transformações de grande alcance; e (...), sob nossos pés, como uma torrente profunda, trabalham forças insondáveis”; o que exigia “(...) definição clara de posições: identificação corajosa de objetivos e métodos na luta pela conquista do futuro.” (FURTADO, 1962, p. 13).

⁵ Novais, Fernando; Forastieri, Rogério: “Introdução: para a historiografia da Nova História”. In Nova História em perspectiva (Vol 1). São Paulo, Cosac Naify, 2011.

⁶ Sampaio Júnior, Plínio de Arruda. Entre a nação e a barbárie. Petrópolis: Vozes, 1999.



O horizonte histórico suposto na luta política era, explicitamente, nada menos que o da emancipação humana. Para Furtado, o descortinar desse horizonte remontava ao “(...) humanismo renascentista, que recolocou na pessoa humana o foco de seu próprio destino” e encontrava sua base material moderna na “(...) Revolução Industrial, que deu ao homem o controle do mundo exterior” (FURTADO, 1962, p. 17). Enfim, culminava em seus desdobramentos contemporâneos, no marxismo:

Se vamos à essência dessa filosofia, aí encontramos, por um lado, o desejo de liberar o homem de todas as peias que o escravizam socialmente, permitindo que ele se afirme na plenitude de suas potencialidades, e por outro descobrimos uma atitude otimista com respeito à autodeterminação consciente das comunidades humanas. Trata-se, em última instância, de um estágio superior do humanismo; pois colocando o homem no centro de suas preocupações, reconhece, contudo, que a plenitude do desenvolvimento do indivíduo somente pode ser alcançada mediante a orientação racional das relações sociais. (FURTADO, 1962, p. 17)

Recusando-se a operar numa dicotomia entre, de um lado, um desenvolvimento material rápido sob formas tirânicas – em que a finalidade substantiva da emancipação humana se perdia – e, de outro, o círculo vicioso do subdesenvolvimento, Furtado, em suas posições reformistas, não deixava de considerar que as experiências do chamado socialismo real não representavam tanto retrocesso para as “sociedades fechadas” em que efetivamente se criaram, quanto, eventualmente, representariam para as “sociedades abertas”. Assim, seria necessário tomar em conta que a dualidade que caracterizava as formações subdesenvolvidas excluía necessariamente grandes massas da população, sobretudo do campo, das conquistas da modernização – e, nesses estratos, o marxismo-leninismo de tipo soviético poderia encontrar legitimação. De outro lado, porquanto o processo de superação da estrutura colonial avançasse na direção de uma “sociedade aberta”, criar-se-ia, para Furtado, possibilidades reforma – e nesse sentido a ruptura revolucionária representaria, pois, um retrocesso. Nessa perspectiva reformista, a empresa privada, sob regulação do Estado – jamais o privatismo cego –, preservando as conquistas da “sociedade aberta”, poderia se constituir como um *meio* com vistas à finalidade substantiva da emancipação por uma via de “aproximações sucessivas”. O conjunto de reformas de base que viriam liquidar o passado colonial se fundava nesse



“horizonte de expectativas” em que um futuro distinto do “espaço de experiência” vivida se projetava para o longo prazo.

Com efeito, para Furtado, o Estado era a instância capaz de enfeixar os vetores do conflito social, elaborando critérios substantivos orientadores da esfera econômica. De inspiração weberiana, sua crítica à modernidade recai sobre a tendência à subversão dos nexos entre *meios* e *fins* e a conversão da racionalidade instrumental em *fim em si* – fenômeno, de resto, correlato à própria lógica autorreferida do capital⁷. À medida que estabelecesse critérios substantivos para modular a acumulação capitalista, o Estado seria o espaço privilegiado da reconciliação entre as dimensões dos valores e da técnica – e precisamente aqui residia, para Furtado, o núcleo do problema do desenvolvimento econômico.⁸ O desenvolvimento, o planejamento econômico e, enfim, um projeto reformista para a sociedade brasileira tinha como pressuposto uma quadra histórica em que a economia capitalista podia se organizar, sob a moldura de Bretton Woods, nos marcos de “sistemas econômicos nacionais”, mais ou menos coerentes, passíveis de regulação pelos Estados – a esse respeito, Hobsbawm observou que a passagem do marco histórico do pós-guerra para as “décadas de crise” do capitalismo contemporâneo correspondia à passagem de uma economia internacional, entre sistemas nacionais, a uma economia efetivamente transnacional (HOBSBAWM, 1995).

Não por outra razão, foi tão aguda a crítica de Furtado à nova estruturação da economia capitalista a partir da década de 1970⁹; e é justamente a partir daí – embora as críticas às empresas multinacionais viessem de antes – que suas expectativas em relação ao futuro vão adquirindo um tom cada vez mais amargo. Através dessa crítica, podemos observar o percurso dos processos de transnacionalização dos grandes conglomerados, em estreita vinculação com as tendências de hipertrofia do sistema financeiro, no bojo da conformação de um novo marco histórico em que os “sistemas econômicos nacionais” se diluíam. No limite, o Estado nacional viria ser despojado das condições de regulação da vida econômica, porquanto os “centros de decisão” se deslocassem para os escritórios dos

⁷ Vieira, Carlos Alberto Cordovano: “Celso Furtado: notas sobre a formação nacional e as conexões entre dependência e subdesenvolvimento”. Rio de Janeiro: SEP, dez. 2007.

⁸ Furtado, Celso. Pequena introdução ao desenvolvimento. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

⁹ Para uma análise mais circunspecta do movimento da obra de Furtado a partir das transformações da década de 1970, ver: Bianconi, Renata; Coutinho, Maurício: “O desenvolvimento como processo de mudança cultural”. Belo Horizonte: UFMG, out. 2019.



negócios transnacionais.¹⁰ No limiar da década de 1980, Furtado propõe uma crítica à modernidade em tom bem mais ácido. Talvez porque Furtado percebesse que as transformações em curso corroíam a coesão, não somente das sociedades subdesenvolvidas – e comprometiam de modo decisivo processos de formação nacional como o brasileiro –, como também corroíam a própria estruturação reformista do mundo desenvolvido. Em 1983, no livro *Não à recessão e ao desemprego*, ao problematizar o poderio do sistema financeiro transnacional sobre as condições de liquidez da economia mundial, Furtado chega a questionar se os Estados Unidos poderiam mesmo ser considerados como um Estado efetivamente nacional (FURTADO, 1983). No belíssimo ensaio que abre o livro *Pequena introdução ao desenvolvimento*, de 1980, Furtado toma, como ponto de partida de sua crítica, as promessas jamais cumpridas pela modernidade. Os séculos XVIII e XIX fundaram, de um lado, uma Filosofia da História orientada pela ideia de progresso, ou de progresso da Razão, ao passo que a Economia Política Clássica vislumbrava a generalização universal do progresso material europeu forjado pela Revolução Industrial. Ambas traduziam uma perspectiva eurocêntrica do futuro da humanidade. Mas a Guerra varreu do mapa o mundo eurocêntrico, destruiu os alicerces das velhas promessas e legou para o breve século XX a crise da Razão. As promessas da Economia Política, por sua vez, se veriam fragorosamente frustradas no mundo subdesenvolvido, de origem colonial (FURTADO, 1980).

Presente e futuro se tornavam definitivamente sombrios nos últimos ensaios.

Ao mesmo tempo, a crítica ao “modelo brasileiro” caminhava no sentido do diagnóstico de um processo regressivo de longa duração que viria se confirmar como a interrupção do processo de formação nacional. (FURTADO, 1972). É sintomático que n’A *pré-revolução brasileira*, às vésperas de 1964, Furtado tenha alertado, dentre os cenários projetados, para o que de pior poderia acontecer: a manutenção do latifúndio e o retrocesso do que havia de “sociedade aberta”. Lamentavelmente, foi o que prevaleceu. O modelo da ditadura condenou o destino da economia brasileira a uma “nova dependência”, esta concernente às transformações do capitalismo mundial (FURTADO, 1982). Os “centros de decisão” transnacionais passaram a controlar definitivamente nosso tempo histórico, ao passo que se cristalizava internamente um regime de *apartheid* social.

¹⁰ Celso Furtado. Transformação e crise na economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.



Dependência e segregação... sempre a origem colonial! Cumpre sublinhar que Furtado, em *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*, de 1966, já havia pontuado que, com o predomínio da racionalidade dos centros de decisão transnacionais, que diluía qualquer critério político nacional orientador do processo capitalista, o Estado brasileiro tendia a se reduzir a duas funções: a de mediador do *negócio*, sob a égide da tecnocracia, e a de organismo repressivo em face dos deslocamentos que essa nova estruturação viria produzir (FURTADO, 1968).

No momento em que o “neoliberalismo”, erigido sobre o legado da ditadura que se autodissolveu, esgarçava definitivamente nexos precários de um sistema econômico nacional que mal se havia esboçado, e a reversão do sistema industrial à velhíssima economia primário-exportadora se punha em marcha, Furtado consolida, enfim, o que poderia ser considerado como um diagnóstico, digamos, de “reversão neocolonial”. O longo processo de formação desaparece de nosso horizonte histórico.

Eis a constatação severa, já muitas vezes citada, que, de 1992 para cá, vai se confirmando a cada dia:

Em meio milênio de história, partindo de uma constelação de feitorias, de populações indígenas desgarradas, de escravos transplantados de outro continente, de aventureiros europeus e asiáticos em busca de um destino melhor, chegamos a um povo de extraordinária polivalência cultural, um país sem paralelo pela vastidão territorial e homogeneidade linguística e religiosa. Mas nos falta a experiência de provas cruciais como as que conheceram outros povos cuja sobrevivência chegou a estar ameaçada. E nos falta também um verdadeiro conhecimento de nossas possibilidades e, principalmente, de nossas debilidades. Mas não ignoramos que o tempo histórico se acelera, e que a contagem desse tempo se faz contra nós. Trata-se de saber se temos um futuro como nação que conta na construção do devenir humano. Ou se prevalecerão as forças que se empenham em interromper o nosso processo histórico de formação de um Estado-nação. (FURTADO, 1992, p. 35).

Da década de 1990 para cá, em diferentes conjunturas, vimos agravar o quadro estrutural. Os processos de desindustrialização e reprimarização da economia sob a dominância de uma plutocracia rentista com seus efeitos deletérios sobre a sociedade salarial; a generalização de uma sociabilidade que não é outra coisa que a barbárie em processo; a exacerbação do colonialismo cultural e da massificação sem contrapesos; a passagem, digamos, de um projeto de Estado mínimo a uma espécie de destruição total



do Estado – que resta como força de coerção policialesca progressivamente violenta. Tudo isso, hoje, sob o espectro grotesco do retorno à vida política nacional dos porões da ditadura, nos permite sugerir, seguindo o diagnóstico da “construção interrompida”, que entramos em estágio avançado da reversão neocolonial.¹¹ Nenhum horizonte civilizatório à vista.

Crise estrutural do capital

Na raiz desses problemas, subjaz um quadro de *crise estrutural do capital*. A partir das contribuições do filósofo István Mészáros (MÉSZÁROS, 2002), podemos sustentar que, entre o momento da elaboração de *Formação econômica*, que forjou expectativas quanto ao futuro do país, e o momento atual, o capitalismo transitou rumo a sua crise estrutural. Nossa hipótese é que o sentido do livro, 60 anos depois, considerado à luz dos nexos entre a economia retrospectiva da formação e as perspectivas da “pré-revolução brasileira” – enfim, dos nexos entre “análise do passado” e “projeto social” –, deve ser problematizado no contraste entre essas duas quadras históricas, de expansão e de crise estrutural do capital.

Nesse eixo, a década de 1970 demarcou um limiar em que, no movimento constitutivamente contraditório do capital, a alternância dos ciclos de expansão e crise, em que os episódios mais críticos se deflagravam como erupções bruscas – *tempestades*, na expressão de Marx (MARX, 1986) –, cede lugar a um quadro de crise permanente, de “*continuum* depressivo”.¹² O sistema perde a capacidade de engendrar mecanismos de

¹¹ Não queremos dizer com isso que o capitalismo contemporâneo reproduza em sua estrutura e dinâmica os movimentos constitutivos de seu longo processo de formação entre os séculos XVI E XVIII, sob a égide da forma mercantil do capital. Nem que o Antigo Sistema Colonial tenha se reconstituído. Naturalmente, em sentido rigoroso, não se pode advogar reversões ou regressões na História. O que queremos dizer é que o processo de formação nacional, movido a partir e, contraditoriamente, em oposição às heranças coloniais, se interrompeu. E que o país volta hoje a uma estrutura essencialmente primário-exportadora e extrativista; marcada pela dependência em todos os níveis e por uma segregação social que tende a se aprofundar. Tudo isso, sob o domínio das novas do capital que se desenvolvem, e numa quadra de crise estrutural.

¹² “(...) a antiga ‘*anormalidade*’ das crises – que antes se alternavam com períodos muito mais longos de crescimento ininterrupto e de desenvolvimento produtivo – sob as condições atuais, em doses diárias menores, pode se tornar a *normalidade* do ‘capitalismo organizado’. (...) um *continuum depressivo*, que exhibe as características de uma crise *cumulativa, endêmica*, mais ou menos *permanente e crônica*, com a perspectiva última de uma *crise estrutural* cada vez mais profunda e acentuada”. (MÉSZÁROS, 2002, p. 697).



superação temporária das barreiras postas à acumulação que, como no passado, abriam horizontes à expansão do capital, deslocando suas contradições constitutivas “para frente” – elas mesmas se tornando alavancas da própria expansão. Ao contrário, os breves espasmos, miragens de crescimento econômico bastante moderado, restritos no tempo e no espaço, não somente são insuficientes para produzir o deslocamento das contradições, mas tendem mesmo a agravá-las. As barreiras se tornam limites; as forças produtivas se tornam destrutivas. Nesse quadro letárgico, os nexos de solidariedade que soldam uma sociabilidade tecida pela mercadoria e pelo dinheiro se esgarçam e a barbárie se torna a nova normalidade em que se vive. Ao passo que, corroídas as bases da legitimidade do poder, a “crise de dominação” conduz a formas políticas progressiva e explicitamente violentas – mesmo que se possa questionar a viabilidade de tais formas no longo prazo, não se pode subestimar que essa resposta tem se insinuado mais e mais, na periferia e mesmo no centro do sistema.

Desde logo, a crise estrutural se distingue por seu caráter totalizante: *universal*, à medida que atinge as múltiplas formas do capital e os diversos setores da economia; *global*, à medida que atinge o sistema como um todo, países centrais e periféricos, desenvolvidos e subdesenvolvidos; *permanente* à medida que, sem engendrar com eficácia mecanismos de superação e deslocamento das contradições, o capital só pode criar formas débeis de “gestão” de um estado de crise “rastejante” – o que não exclui riscos de convulsões mais profundas. A substituição da “política” de longo prazo, como forma de deslocar as contradições e sustentar períodos longos de expansão, por uma “gestão” de curto prazo de uma crise para qual não há saída, esse esvaecimento do futuro, digamos, compromete, na raiz, o velho ideário do desenvolvimento econômico capitalista que formou a geração de Furtado.

Por certo, na quadra histórica do pós-guerra, época da elaboração das teorias do desenvolvimento capitalista, o capital pôde deslocar as contradições contidas na crise do entre guerras e na erupção de 1929. O velho imperialismo, estruturado pela intervenção política direta nas colônias a partir de múltiplos centros em conflito, encerrado sob os escombros de duas guerras mundiais, foi substituído por um sistema de dominação sob a hegemonia global dos Estados Unidos e significou a consumação de uma transição, nos termos de Mészáros, de uma “totalidade extensiva” a uma “totalidade intensiva”. Um



sistema mais dinâmico, melhor coadunado com o patamar de desenvolvimento do próprio capital. Ao mesmo tempo, a coordenação internacional representou uma forma mais racional para conferir organicidade aos fluxos de capitais e mercadorias. Essa nova estruturação pavimentou o avanço das exportações de capital pela via da internacionalização dos mercados internos dos países subdesenvolvidos com garantias para a expatriação dos lucros¹³. As diversas formas de planificação estatal em sistemas econômicos que preservavam certa coerência nos seus espaços nacionais – numa economia que era, como dissemos, mais internacional que transnacional¹⁴ –, combinadas às políticas de pleno emprego e de bem-estar social, produziam sinergias que dinamizavam as economias nacionais e faziam expandir o consumo de massa. O complexo militar-industrial, por sua vez, passou a representar, consolidado e com um peso cada vez mais expressivo, o núcleo dinâmico da expansão no pós-guerra, preservado, por sua natureza, das instabilidades do mercado. Mas, cumpre observar que esse conjunto de elos que se condicionam reciprocamente no sentido de romper as barreiras exteriorizadas na crise e de deslocar “para frente” as contradições, teve seus efeitos potencializados porquanto a violência de duas guerras mundiais tivesse cumprido seu papel na destruição de parte da superprodução precedente.

Com efeito, essa construção foi o esteio para a superação do abismo econômico e, sob a dinâmica progressiva do capital, produziu, como se sabe, nos trinta anos subsequentes à guerra, a chamada “era de ouro”. Ao nível das estruturas, significou a extensão, por todo o globo e por todas as dimensões da vida, da mercantilização das relações, porquanto, os espaços que restavam fora desses tentáculos – a exemplo de parte substantiva do velho campesinato – foram tragados definitivamente para o “moinho satânico” do capital.¹⁵ Uma expansão dessa envergadura significou, além disso, o deslocamento de contradições do passado, que viriam emergir com uma força destrutiva correspondente na quadra histórica posterior. Para dar conta dessa passagem, no momento crucial em que, digamos, a “destruição criativa” é levada ao paroxismo, é necessário considerar as “(...) implicações destrutivas da *tiranía* capitalista *do tempo* (...)” (MÉSZÁROS, 2002, p. 635). Dito de outro modo, há que se considerar a agudização das

¹³ Campos, Fabio. A Arte da Conquista. Campinas: UNICAMP, 2009.

¹⁴ Hobsbawm, Eric. Era dos extremos. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

¹⁵ Mariutti, Eduardo. Violência e Imperialismo. Campinas: UNICAMP, 2016.



tendências constitutivas do capital de criar uma “imensa coleção de mercadorias”, de “revolucionar constantemente os meios de produção” e de “tornar o trabalho redundante”. Mézáros se vale da “taxa de utilização decrescente” para captar o momento em que as tendências de elevação da produtividade com o seu corolário de redução do tempo de trabalho vivo, de introdução do progresso técnico por meio da obsolescência das velhas estruturas produtivas, e de descarbilidade das mercadorias chegam a um limiar em que os vetores destrutivos tendem a prevalecer.

A dinâmica de elevação da composição orgânica do capital, em que o progresso técnico potencializava a elevação da produtividade do trabalho e criava uma superpopulação relativa a ser reincorporada no circuito da reprodução ampliada – tal como descrevera Marx a propósito da “lei geral da acumulação” – se rompe na passagem à crise estrutural. A aceleração do tempo, a elevação da produtividade levada ao paroxismo converterá as oscilações da superpopulação relativa em desemprego crônico, estrutural, que o sistema não pode mais reabsorver no curso das rotações do capital. No limite, a reprodução capitalista não pode mais reproduzir simultaneamente – como havia observado Marx – as relações sociais básicas que lhe são subjacentes. Ao contrário, despedaçam-nas. Ao produzir um desemprego crônico em massa e, com isso, ao promover uma degradação profunda das condições de trabalho, a reprodução capitalista, ela própria, tenderá a esgarçar os nexos de sociabilidade fundados na mercadoria e no dinheiro. Naturalmente, isso conduz a quadro de barbárie de potencial explosivo que exige, para o capital, novas formas de coerção. O “mercado” não mais poderá prescindir da violência explícita e, no limite mais extremo, conforme as circunstâncias, de qualquer tipo de solução final, de políticas de extermínio.¹⁶ Do mesmo modo, as tendências à descarbilidade e à obsolescência levadas ao paroxismo põe em questão as velhas expectativas positivas quanto aos avanços do domínio humano sobre a natureza, eixo do

¹⁶ “O que está realmente em jogo é o papel do trabalho no universo do capital, uma vez que tenha alcançado um nível muito alto de produtividade. Para resolver as contradições assim geradas, seria necessária uma importante reviravolta, que afetasse não apenas as próprias condições imediatas de trabalho, mas também todas as facetas da vida social, inclusive as mais íntimas. (...) Seres humanos são, ao mesmo tempo, absolutamente necessários e totalmente supérfluos para o capital. Se não fosse pelo fato de que o capital necessita do trabalho vivo para sua auto-reprodução ampliada, o pesadelo do holocausto da bomba de nêutrons certamente se tornaria realidade. Mas, já que tal ‘solução final’ é negada ao capital, somos confrontados com as consequências desumanizadoras das suas contradições e com a crise crescente do sistema de dominação.” (MÉSZÁROS, 2002, p. 802).



desenvolvimento das forças produtivas. A perspectiva de que o progresso técnico e científico e a consequente elevação da produtividade do trabalho abririam horizontes sem limites para a expansão material, conduzindo mesmo à abundância, se esfumaça diante da pressão sobre os recursos naturais e da corrosão das condições ecológicas. Posto que não sejam neutras, a ciência e a técnica respondem aos imperativos do capital e, pois, não podem encarnar qualquer espécie de entelúquia linear unívoca. Nos quadros da crise estrutural, o vetor destrutivo da estrutura técnica também se impõe sobre as bases ecológicas da vida.

Em suma, os desígnios de deslocamento das contradições por meio da mobilização contínua da “taxa de utilização decrescente” se chocam contra limites progressivamente mais estreitos. O colapso ecológico, o desemprego em massa, por exemplo. De resto cumpriria perguntar em que condições um Estado reformista poderia organizar uma sociedade salarial civilizada, com pleno emprego e direitos, e ao mesmo tempo preservar os nexos entre a expansão, elevação da produtividade e redundância do trabalho, constitutivos desse sistema.¹⁷ O capital parece não poder mais superar temporariamente seus entraves críticos sem criar problemas ainda maiores. Daí o *continuum* depressivo, o estado “rastejante” de “crise permanente”.

À medida que “*tiranía capitalista do tempo*” conduz a uma hipertrofia da “taxa de utilização decrescente” e que os deslocamentos das contradições se chocam contra limites estreitos, à medida que o capital não pode mais lograr deslocar suas contradições sem criar problemas maiores, formas destrutivas mais radicais vão ganhando centralidade. Não por outra razão, o complexo militar-industrial se torna, progressivamente, eixo fundamental do processo de acumulação capitalista.¹⁸ Por certo, Rosa Luxemburgo, às

¹⁷ “O trabalho obtém concessões ao preço de ser forçado a constantemente reduzir o volume de *trabalho necessário* requerido para assegurar a continuidade do processo de reprodução capitalista. Todavia, não conquista o poder de tornar aceitável a legitimidade (e a necessidade) de organizar a produção de acordo com o princípio do *tempo disponível*: a longo prazo, única salvaguarda viável contra a sujeição à extrema penúria e à indignidade do *desemprego em massa*. E o capital, por outro lado, obtém êxito em transformar os ganhos do trabalho em sua própria auto-expansão lucrativa e dinâmica ao elevar incansavelmente a *produtividade* do trabalho; entretanto, não encontra solução adequada para as crescentes complicações e perigosas implicações do *desemprego crônico* e da *superprodução concomitante*, que prenunciam seu colapso final como modo socialmente viável de reprodução produtiva.” (MÉSZÁROS, 2002, p. 667).

¹⁸ “Este tipo de mudança estrutural no ciclo de reprodução capitalista, não previsto por Marx, é realizado pelo deslocamento radical da *produção genuinamente orientada* para o *consumo destrutivo*. Certamente, uma grande variedade de outras formas de produção perdulária foram também experimentadas com o mesmo propósito, e continuam a ser praticadas desde então, como vimos com referência ‘obsolescência planejada’ etc. Entretanto, elas demonstraram ser excessivamente limitadoras no curso dos desdobramentos



vésperas da Primeira Guerra, já havia teorizado sobre a introjeção do militarismo no processo de acumulação capitalista.¹⁹ No pós-guerra, há que se reconhecer, o crescente peso dos gastos militares respondia por uma parte substancial da sustentação da demanda efetiva.²⁰ Com efeito, “o instrumento disposto e capaz de romper o nó górdio de como combinar a máxima expansão possível com a taxa de utilização mínima apresentou-se ao capital na figura do complexo militar-industrial” (MÉSZÁROS, 2002, p. 685). Se a destruição – a guerra, no limite – foi, desde sempre, um momento crítico do deslocamento cíclico das contradições, na quadra da crise estrutural, sua generalização, condensada na onipresença do complexo militar-industrial, se coaduna com o estado de crise permanente e rastejante. A centralidade dessa dimensão é reveladora do momento em que as forças produtivas vão se convertendo em forças destrutivas; a “destruição criadora” em *criação destrutiva*. O espectro de uma catástrofe nuclear se sobrepõe ao da catástrofe ecológica, ao passo que um estado de proliferação de conflitos de “baixa intensidade”, insuficientes para deslocar plenamente qualquer contradição, se constitui também como mecanismo de administração da crise.²¹

Por certo, as contradições implícitas nessas tendências não escaparam de todo a Furtado. O ponto central é que, numa quadra expansiva do capital, em que vigorava a miragem civilizatória do capitalismo desenvolvido, Furtado captou-as em germe, como particularidade do subdesenvolvimento. Mas é sintomático que no curso das transformações da década de 1970, em suas críticas à transnacionalização, Furtado já esboçasse, para desenvolver nas décadas seguintes, críticas mais profundas aos rumos tomados pelo capitalismo – e a seus efeitos deletérios mesmo para as economias centrais.

capitalistas com relação aos imperativos estruturais do sistema. Assim, tornou-se necessário adotar a forma mais radical de desperdício – isto é, a destruição direta de vastas quantidades de riqueza acumulada e de recursos elaborados – como maneira dominante de se livrar do excesso de capital superproduzido. (...) *consumo e destruição* vêm a ser *equivalentes funcionais do ponto de vista perverso do processo de ‘realização’ capitalista.*” (MÉSZÁROS, 2002, p. 678 e 679).

¹⁹ Luxemburgo, Rosa. *A acumulação de capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Mariutti, Eduardo. *Violência e Imperialismo*. Campinas: UNICAMP, 2016.

²⁰ Baran e Sweezy chegaram a propor um cálculo segundo o qual, retirados os gastos militares, o pleno emprego keynesiano recuaria a níveis de desemprego típicos da década de 1930 (BARAN; SWEEZY, 1974).

²¹ “(...) assim como não pode estabelecer limites a si mesmo, o sistema do capital também não consegue diferenciar o *crescimento de uma criança* do *crescimento de um câncer*. Pois, nos termos das equações práticas redutoras do capital (...), os dois devem ser reduzidos ao mesmo denominador comum: a ‘produtividade das células’.” (MÉSZÁROS, 2002, p. 658).



Com efeito, a problematização do crescimento econômico como *fim em si* e uma concepção de desenvolvimento nos termos de uma racionalidade substantiva e da construção de nexos entre *meios* e *fins*, estes condensados na esfera do Estado democrático, poderiam ser lidos como uma espécie de tradução weberiana preliminar da cisão entre “valor” e “valor de uso”. Assim também, a problemática da subversão da relação entre *meios* e *fins* e a prevalência da racionalidade instrumental poderiam ser reveladoras da tendência à acumulação como *fim em si*, à revelia das necessidades humanas. Não deixa de ser sintomático, como vimos, a observação de Furtado segundo a qual “(...) o tempo histórico se acelera (...)” (FURTADO, 1992, p. 35); e se acelera contra nós! Quanto à “*tiranía capitalista do tempo*”, levada a seu paroxismo, e os limites a que chega a lógica da descartabilidade das mercadorias, cumpre observar a centralidade, para Furtado, do problema da “modernização dos padrões de consumo”, que produzia deformações profundas em economias subdesenvolvidas como a brasileira. Os problemas relativos à obsolescência das estruturas técnicas e do desemprego crônico, também hoje levados ao paroxismo, já estavam, de certo modo, prenunciados na tese da “inadequação tecnológica”, outro fator deformador do subdesenvolvimento. Naturalmente, o mesmo conjunto de questões reaparece na consideração dos problemas de uma economia subdesenvolvida em franco processo de desindustrialização e reprimarização, sobre uma base produtiva primário-exportadora poupadora de trabalho vivo. Também não escapou a Furtado, já no início da década de 1970, a questão ecológica, embora relativizada à luz dos “mitos” em torno das possibilidades generalização dos padrões das economias centrais contidas nas teorias ortodoxas do desenvolvimento econômico.²²

No curso do processo de transnacionalização da década de 1970 e, sobretudo, no período posterior, Furtado observou a progressiva diluição dos “sistemas econômicos nacionais” e os obstáculos cada vez mais poderosos, na nova quadra histórica, para uma regulação estatal. De fato, a crise estrutural do capital também se caracteriza por uma corrosão das condições que permitiam ao Estado realizar suas funções corretivas. No mesmo sentido em que os deslocamentos cíclicos estão bloqueados, também a ação corretiva do Estado se revela, hoje, ineficaz. De um lado, também foi levada ao limite a contradição constitutiva do sistema entre as tendências à mundialização do capital e

²² Furtado, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.



caráter nacional de suas formações políticas correspondentes. Se o capitalismo do pós-guerra logrou coadunar, de um lado, a regulação da expansão do comércio internacional e dos fluxos de capital e, de outro, o dinamismo de economias domésticas que preservavam sinergias com os seus respectivos espaços nacionais, hoje, na transnacionalização levada ao paroxismo – o que fez inclusive arrebentar as velhas regulações – não há um correspondente político corretivo em nível mundial. Na ausência de uma estrutura de poder global, também se agravam as tendências conflitivas derivadas da sobreposição sistêmica de um poder estatal hegemônico que, na atual fase do imperialismo, se pretende mundial – desnecessário dizer que o poder pretensamente hegemônico em crise dos Estados Unidos é o que encarna o núcleo do complexo militar-industrial. Com efeito, também não escapou a Furtado que o horizonte histórico da formação nacional se esfumava nessa quadra histórica. Por certo, trata-se de um ponto de vista privilegiado para se captar as determinações da barbárie contemporânea. E talvez possamos mesmo questionar se as perspectivas reformistas da formação nacional teriam lugar nos marcos do capitalismo contemporâneo.²³

Considerações Finais: Em busca de um “novo horizonte utópico”

A quadra histórica da crise estrutural conforma-se como uma “era de expectativas decrescentes”. Em síntese, pode-se dizer que a época de elaboração de *Formação econômica do Brasil* ensejava um “horizonte de expectativas” quanto ao futuro. Expectativas que, se para Furtado, não eram propriamente as da revolução socialista, eram a das possibilidades de um reformismo na periferia capaz de superar o subdesenvolvimento e consumir, sem mimetismos, a formação de uma sociedade efetivamente nacional, em termos de padrões civilizatórios que tinham lastro nas experiências da social-democracia do pós-guerra. Mas também é claro que o tom amargo de seus últimos ensaios revela, em última instância, que aquele horizonte, em algum momento, se esfumou. Esse talvez seja o traço mais marcante dos 60 anos da obra.

²³ Sampaio Júnior, Plínio de Arruda: “Furtado e os limites da razão burguesa na periferia do capitalismo”. Uberlândia, UFU, 2008.



Desde logo, cumpre observar que concordamos com o argumento de Alexandre Saes e Rômulo Manzatto em seu recente balanço dos desdobramentos historiográficos de *Formação econômica*, segundo o qual, em que pese a contribuição das variadas críticas ao paradigma fundante de Furtado, em que pese a qualificação especializada que a historiografia recente fez quanto a diversos pontos do ensaio, a visão de conjunto que constitui a linha mestra do livro permanece de pé como uma fecunda interpretação do Brasil (SAES; MANZZATO, 2019)²⁴. E a obra ganha mais força à medida que se reafirmam os traços neocoloniais do Brasil contemporâneo – o mesmo talvez pudesse ser dito sobre a obra clássica de Caio Prado Jr.. Se em 1959, *Formação* revelava um passado em vias de ser superado, forjando a base de um projeto para o futuro, hoje, diante da reversão neocolonial, o livro se converte numa descrição aguda desse ponto de partida ao qual tragicamente retornamos, dessa natureza íntima da sociedade brasileira, colonial, escravista, de que não conseguimos nos libertar. Como “análise do passado”, *Formação econômica* torna-se uma chave mais preciosa para se interpretar o presente. As expectativas ensejadas à sua época, entretanto, como dissemos, vão se esvaindo no tom sombrio dos últimos ensaios.

A constatação da distância entre o que esperávamos ser e aquilo em que nos transformamos; ou de que a consumação da formação nacional parecia ter desaparecido de nosso horizonte histórico revela um Furtado exilado de suas próprias esperanças.

É esse estreitamento das “expectativas” em relação ao futuro que nos sugere retomar o ensaio de Paulo Arantes sobre o “novo tempo do mundo”, em que se procura problematizar justamente o esfumaçamento da disjuntiva entre “espaço de experiência” e “horizonte de expectativas”; ou, noutros termos, as vicissitudes de uma “era de expectativas decrescentes”. (ARANTES, 2014). Sintomático que, n’*A pré-revolução brasileira*, Furtado organize a discussão sobre o “projeto social” a partir do marco do “humanismo renascentista”. Ora, se, sob os escombros do século XIV, que trouxeram um espectro de fim dos tempos à crise do feudalismo²⁵, a arte criou um horizonte pictórico com a descoberta da perspectiva, foram as Navegações que abriram os novos horizontes geográficos e históricos que, para além do fim do mundo, descortinavam um futuro

²⁴ Ver também Faleiros, Rogério; Felipe, Ednilson; Sampaio, Daniel. “O cavaleiro andante de destemido coração”. São Paulo: Cortez Editora, mai. 2019.

²⁵ Hilton, Hodney. *Bond men made free*. Oxford, Taylor and Francis, 2004.



aberto. Paulo Arantes toma de Koselleck a proposição de que o projeto da modernidade supunha uma separação entre “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, de tal modo que o tempo presente passasse a ensejar projeções de um futuro distinto. Das Navegações ao Iluminismo, as expectativas quanto ao futuro se potencializaram e a Revolução Industrial conferiu seu lastro material. Talvez se possa sugerir que as projeções para um futuro de longo prazo organizadas em torno de uma problemática da formação nacional e mesmo da ideia força de desenvolvimento econômico expressavam bem esse espírito moderno quanto a um futuro aberto, distinto da experiência vivida até então. O ponto, contudo, é que a Guerra já havia produzido uma fratura irreversível no projeto moderno e as expectativas quanto ao futuro começaram a esfumçar. Não por acaso, diante do abismo, Walter Benjamin pôs em xeque as perspectivas ascensionais das velhas Filosofias da História (BENJAMIN, 1992). No entanto, é no último quartel do século XX que os elementos da crise estrutural do capital se sobrepõem com tal força que as “expectativas” parecem, de fato, se esvanecer. Os limites estruturais para a reprodução de uma sociedade salarial, os limites ecológicos, os riscos nucleares, a crise do Estado como meio de controle do capital e de contrapeso às suas contradições etc. constituem um quadro a que correspondem formas bárbaras de sociabilidade – a nova normalidade na qual se vive. O “horizonte de expectativas” se encurta, o “tempo histórico se acelera”, e as velhas perspectivas de uma verdadeira reforma do sistema, na base de um processo de “desenvolvimento econômico” em sentido rigoroso, dão lugar à “gestão” de uma crise permanente.

O tom amargo dos últimos ensaios parece revelar um Furtado consciente desses esfumaçamentos. Com feito, vê a sociedade nacional, um capitalismo que se voltasse às necessidades humanas, cada vez mais distantes e, sem vergar-se diante desse destino, o “mestre de todos nós” não deixa de elaborar proposições que supõem a necessidade do resgate de algum “horizonte utópico”:

O desafio que se coloca no umbral do século XXI é nada menos do que mudar o curso da civilização, deslocar o seu eixo da lógica dos meios a serviço da acumulação, num curto horizonte de tempo, para uma lógica dos fins em função do bem-estar social, do exercício da liberdade e da cooperação entre os povos. Devemos nos empenhar para que essa seja a tarefa maior dentre as que preocuparão os homens no correr do próximo século: estabelecer novas prioridades para a ação política em



função de uma nova concepção de desenvolvimento, posto ao alcance de todos os povos e capaz de preservar o equilíbrio ecológico. O objetivo deixaria de ser a reprodução dos padrões de consumo das minorias abastadas para ser a satisfação das necessidades fundamentais do conjunto da população e a educação concebida como desenvolvimento das potencialidades humanas nos planos ético, estético e da ação solidária. A criatividade humana, hoje orientada de forma obsessiva para a inovação técnica a serviço da acumulação econômica e do poder militar, seria dirigida para a busca da felicidade, esta entendida como a realização das potencialidades e aspirações dos indivíduos e das comunidades vivendo solidariamente. (FURTADO, 1992, p. 77)



Bibliografia

- ARANTES, Paulo. *O novo tempo do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BARAN, Paul; SWEEZY, Paul. *Capitalismo monopolista. Ensaio sobre a ordem econômica e social americana*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- BENJAMIN, Walter. “Teses sobre o Conceito de História”. In: *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política*. Trad. Maria Luz Moita, Maria Amélia Cruz e Manuel Alberto. Pref. de Theodor Adorno. Lisboa: Antropos, 1992.
- BIANCONI, Renata; COUTINHO, Maurício: “O desenvolvimento como processo de mudança cultural: as conexões entre excedente e estruturas sociais na visão de Celso Furtado”. In *Nova Economia*, v. 29, pp. 1141-1169. Belo Horizonte: UFMG, out. 2019.
- CAMPOS, Fabio. *A arte da conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992)*, Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2009.
- FALEIROS, Rogério; FELIPE, Ednilson; SAMPAIO, Daniel: “O cavaleiro andante de destemido coração: Celso Furtado e a saudade do futuro”. In *Serviço Social & Sociedade*, n. 135, pp 364-382. São Paulo: Cortez Editora, mai. 2019.
- FONTANA, Josep. *Análise do passado e projeto social*. Trad. Luiz Roncari. Bauru: EDUSC, 1998.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. *A pré-revolução brasileira*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- _____. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. *Análise do ‘modelo brasileiro’*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- _____. *O Mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.
- _____. *Pequena introdução ao desenvolvimento*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.
- _____. *A nova dependência. Dívida externa e monetarismo*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- _____. *Não à recessão e ao desemprego*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- _____. *Transformação e crise na economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. *Brasil: a construção interrompida*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. *O longo amanhecer*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- HILTON, Hodney. *Bond men made free*. 2a. ed. Oxford: Taylor and Francis, 2004.
- HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos*. Trad. Marcos Santarrita. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LIST, Friedrich. *Sistema nacional de economia política*. Trad. João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital*. Contribuição ao estudo econômico do imperialismo. 2ª. ed. Col. Os Economistas. Apres. Paul Singer. Trad. Marijane Lisboa e Otto Maas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARIUTTI, Eduardo. *Violência e Imperialismo: as interpretações de Rosa Luxemburgo e John Hobson e suas implicações para o debate contemporâneo sobre o imperialismo*. Tese de Livre-Docência. Campinas: UNICAMP, 2016.
- MARX, Karl. *Elementos fundamentais para la crítica de la economía política*. Grundrisse (1857-1858). (3 vols) 14ª. Ed. Trad. José Aricó, Miguel Murmis, Pedro Scaron. México, DF: Siglo XXI, 1986.
- _____. *O capital*. Crítica da economia política. (5 vols.). 3ª. Ed. Col. Os Economistas. Trad. Regis Barbosa, Flavio Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. Trad. Paulo Castanheira; Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.



NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogério F.: “Introdução: para a historiografia da Nova História”. In NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogério F. (org.). *Nova História em perspectiva* (Vol 1). São Paulo: Cosac Naify, 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 11ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1971.

SAES, Alexandre; MANZATTO, Rômulo: “Os sessenta anos de Formação Econômica do Brasil: pensamento, história e historiografia”. In XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E 14ª. CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS. Criciúma: ABPHE, 2019.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. *Entre a nação e a barbárie*. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____: “Furtado e os limites da razão burguesa na periferia do capitalismo”. In *Economia Ensaios*, vol. 22, n. 2. Uberlândia: UFU, 2008.

VIEIRA, Carlos Alberto Cordovano: “Celso Furtado: notas sobre a formação nacional e as conexões entre dependência e subdesenvolvimento”. In *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. n. 21, pp 35-57. Rio de Janeiro: SEP, dez. 2007.